

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S/A

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018 da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. – MetLife.

A seguradora:

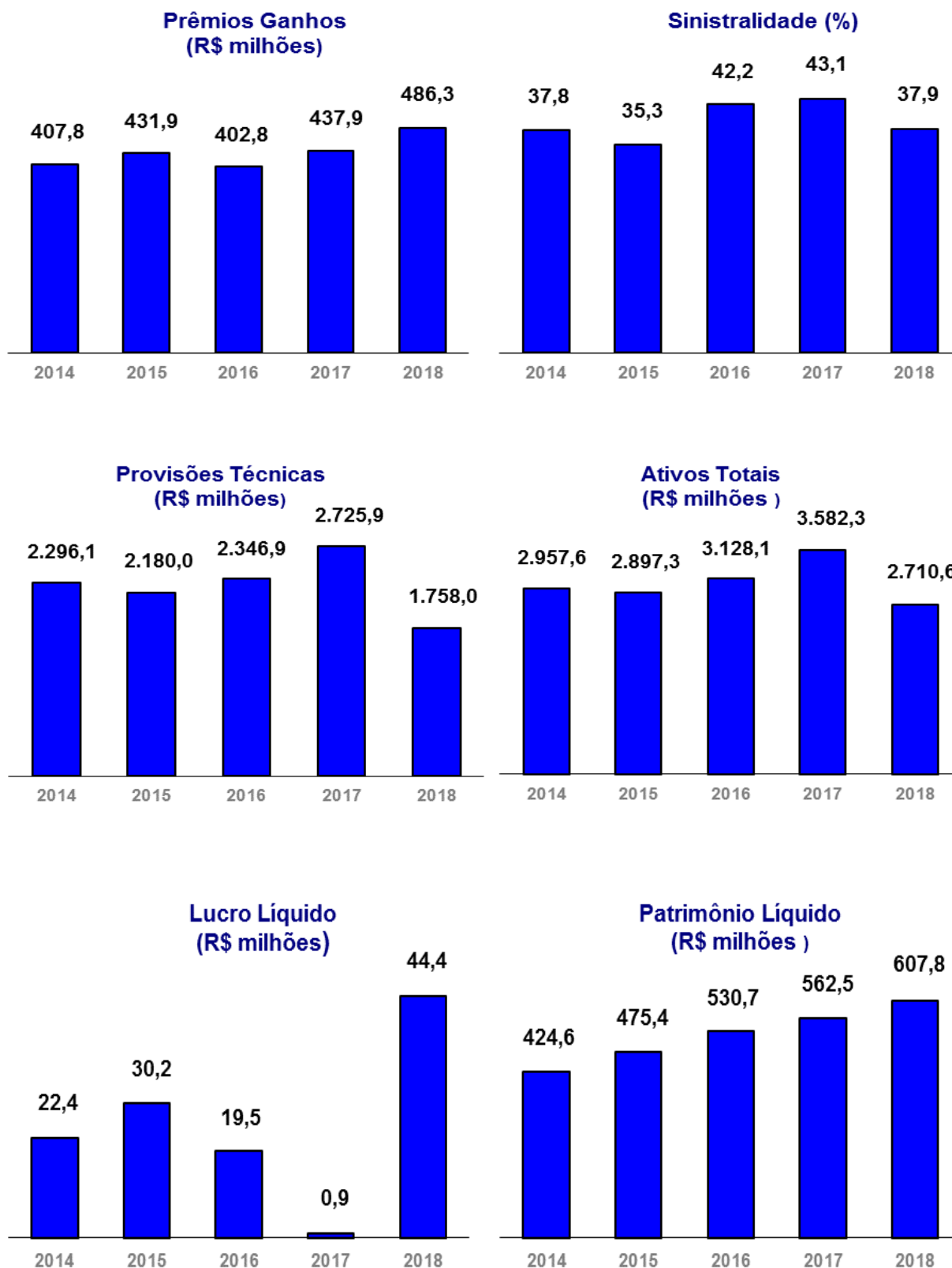
A Metlife é uma seguradora do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programa de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve no primeiro semestre de 2018 arrecadação de prêmios, tarifas e outras receitas de US\$ 28,0 bilhões e acumulou ativo total de US\$ 706,3 bilhões.

Com 5 milhões de vidas seguradas, a MetLife atua no Brasil desde 1999 no segmento de seguros de pessoas, dental e previdência privada e conta hoje com mais de 391 funcionários, 24 filiais e atendimento nacional através de sua rede de mais de 20 mil corretores e parceiros de comercialização.

Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos:

O Estatuto Social da Seguradora estabelece que aos acionistas sejam atribuídos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista em lei. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de dividendos ou, até mesmo, pela sua retenção total.

Evolução dos indicadores de desempenho:



Desempenho:

Os ativos totais fecharam em um patamar de R\$2,7 bilhões (R\$3,7 bilhões em 2017) no final do semestre e o patrimônio líquido foi de R\$607,8 milhões (R\$593 milhões em 2017), com lucro líquido de R\$44,4 milhões (R\$0,9 mil em 2017). As provisões técnicas totais atingiram o montante de R\$1,7 bilhões (R\$2,8 bilhões em 2017) e o montante de Prêmios de Seguros em 30 de junho de 2018 foi de R\$486,3 milhões (R\$437,9 milhões em 2017).

No primeiro semestre de 2018, a MetLife indenizou a seus segurados e respectivos beneficiários um montante de R\$190 milhões (R\$155 milhões em 2017). Este valor corresponde a 10.104 (9.346 em 2017) sinistros pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 37,9% (43,1% em 2017).

O cenário econômico no primeiro semestre de 2018 foi caracterizado pela redução das pressões inflacionárias e consequente redução da taxa Selic pelo Banco Central dada a ancoragem das expectativas futuras em relação aos preços. No âmbito internacional, o desempenho das economias desenvolvidas e a ampla liquidez nos mercados, apesar da continuidade no processo de redução dos estímulos monetários, foram os principais fatores que influenciaram os mercados.

Investimentos:

A Metlife vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como com pessoas com capacitação nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina.

Um dos pontos estratégicos da MetLife é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento aos segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, estão sendo realizados investimentos para formação de uma liderança forte e para capacitação das equipes.

Governança corporativa:

A MetLife segue a política adotada pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (*Compliance*).

O Comitê de Auditoria conta com profissionais de larga experiência no mercado, está em funcionamento desde maio de 2009 e sua atuação acompanha seu regimento interno e normativos do regulador.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são as entidades independentes que prestam serviços de auditoria.

A MetLife vem continuamente aperfeiçoando suas políticas, suas ferramentas e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético, seguindo aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP.

Compromisso e agradecimentos:

Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência dedicados à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE		<u>1.444.036</u>	<u>2.483.066</u>
Disponível		<u>1.876</u>	<u>1.807</u>
Caixa e bancos		1.876	1.807
Aplicações	7	<u>1.097.743</u>	<u>2.182.779</u>
Títulos de renda fixa - privados		-	-
Títulos de renda fixa - públicos		-	9.198
Quotas de fundos de investimentos		1.097.743	2.173.581
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	<u>250.940</u>	<u>211.496</u>
Prêmios a receber		228.691	199.120
Operações com seguradoras		6.978	5.358
Operações com resseguradoras	9.a)	15.271	7.018
Créditos das operações com previdência complementar		-	-
Outros créditos operacionais		13.892	13.699
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9.b)	<u>10.025</u>	<u>10.340</u>
Títulos e créditos a receber		<u>4.418</u>	<u>4.123</u>
Títulos e créditos a receber		794	1.360
Créditos tributários e previdenciários	10	1.915	2.366
Outros créditos		1.709	397
Outros valores e bens		-	-
Outros valores		-	-
Despesas Antecipadas		<u>377</u>	<u>351</u>
Operacionais		-	-
Despesas Administrativas		377	351
Custos de aquisição diferidos	14.a)	<u>64.765</u>	<u>58.471</u>
Seguros		64.765	58.471
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>1.266.570</u>	<u>1.268.836</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>1.238.363</u>	<u>1.225.620</u>
Aplicações	7	<u>934.773</u>	<u>920.671</u>
Títulos de renda fixa - privados		156.033	181.710
Títulos de renda fixa - públicos		778.740	738.961
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	<u>2.468</u>	<u>2.093</u>
Prêmios a receber		2.342	1.989
Operações com seguradoras		126	104
Títulos e créditos a receber		<u>255.005</u>	<u>254.325</u>
Créditos tributários e previdenciários	10	76.957	80.749
Depósitos judiciais e fiscais	14.c e 17	177.650	173.087
Outros créditos operacionais		398	489
Custos de aquisição diferidos	14.a)	<u>46.117</u>	<u>48.531</u>
Seguros		46.117	48.531
Imobilizado		<u>9.728</u>	<u>8.807</u>
Bens móveis		4.583	4.106
Outras imobilizações		5.145	4.701
Intangível	11	<u>18.479</u>	<u>34.409</u>
Ágio em investimentos incorporados		11.766	11.766
Outros intangíveis		6.713	22.643
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.710.606</u></u>	<u><u>3.751.902</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Circulante		<u>1.655.476</u>	<u>2.686.943</u>
Contas a pagar		<u>75.684</u>	<u>58.055</u>
Obrigações a pagar	12	48.301	34.842
Impostos e encargos sociais a recolher		4.997	6.739
Encargos trabalhistas		8.339	6.468
Impostos e contribuições		13.221	9.086
Outras contas a pagar		826	920
Débitos de operações com seguros e resseguros		<u>109.995</u>	<u>95.765</u>
Prêmios a restituir		721	1.120
Operações com seguradoras		427	516
Operações com resseguradoras	9.c)	15.208	11.283
Corretores de seguros e resseguros		71.939	64.526
Outros débitos operacionais		21.700	18.320
Depósitos de terceiros	13	19.087	15.943
Provisões técnicas - seguros	14.a)	<u>958.396</u>	<u>1.781.448</u>
Pessoas		507.244	509.461
Vida individual		25.795	15.480
Vida com cobertura de sobrevivência		425.357	1.256.507
Provisões técnicas - previdência complementar	15	<u>492.314</u>	<u>735.732</u>
Planos não bloqueados		602	677
PGBL		491.712	735.055
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a pagar			
Tributos diferidos			
Débitos de operações com seguros e resseguros			
Operações com seguradoras			
Operações com resseguradoras			
Provisões técnicas - seguros			
Pessoas			
Vida individual			
Vida com cobertura de sobrevivência			
Provisões técnicas - previdência complementar			
Planos não bloqueados			
PGBL			
Outros débitos			
Provisões judiciais			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social			
Aumento de capital (em aprovação)			
Reservas de lucros			
Ajustes de avaliação patrimonial			
Lucros acumulados			
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>2.710.606</u></u>	<u><u>3.751.902</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
PRÊMIOS EMITIDOS		489.461	459.244
CONTRIBUIÇÃO PARA COBERTURA DE RISCOS		100	92
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		(3.231)	(21.400)
PRÊMIOS GANHOS	19.a)	<u>486.330</u>	<u>437.936</u>
SINISTROS OCORRIDOS	19.b)	(184.446)	(186.317)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	19.c)	(179.583)	(175.048)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	19.d)	(18.297)	(11.932)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS		2.787	(2.196)
(+) RECEITA COM RESSEGURO		14.544	8.035
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(11.757)	(10.231)
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS		30.544	88.894
(-) CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER		(30.600)	(88.849)
(=) RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS DE VGBL		<u>(56)</u>	<u>45</u>
RENDAS COM TAXA DE GESTÃO E OUTRAS		-	6
VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS		1.883	(781)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO		(2)	-
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	19.e)	(61.757)	(76.979)
DESPESAS COM TRIBUTOS		<u>(20.017)</u>	<u>(18.283)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	19.f)	<u>49.083</u>	<u>30.540</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>75.925</u>	<u>(3.009)</u>
GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	19.g)	(14.665)	15
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>61.260</u>	<u>(2.994)</u>
Imposto de renda	20	(10.399)	2.592
Contribuição social	20	(6.408)	1.295
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>44.453</u>	<u>893</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES (MIL)	18 a)	471.278	456.921
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0.094	0.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	44.453	893
Outros resultados abrangentes:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(13.136)</u>	<u>11.428</u>
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(23.891)	20.778
Efeitos tributários	10.755	(9.350)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE	<u>31.317</u>	<u>12.321</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		444.632	-	105.330	(4.234)	-	545.728
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio							
- AGE 31/03/2017		-	25.975	(21.289)	-	-	4.686
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	11.428	-	11.428
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	893	893
Distribuição de reserva de lucros na forma de juros sobre capital próprio (adicional)		-	-	(6.851)	-	(213)	(7.064)
Juros sobre o capital próprio (adicional)		-	-	6.851	-	-	6.851
Juros sobre o capital próprio (adicional)		-	-	635	-	(635)	-
							-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		<u>444.632</u>	<u>25.975</u>	<u>84.676</u>	<u>7.194</u>	<u>45</u>	<u>562.522</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	18.a)	470.607	-	102.545	19.895	-	593.047
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio							
- AGE 31/03/2018 Portaria SUSEP nº 886 de 11/05/2018	18.c)	19.094	-	(16.700)	-	-	2.394
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(13.136)	-	(13.136)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	44.453	44.453
Distribuição intermediária de dividendos	18.d)	-	-	-	-	(18.971)	(18.971)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		<u>489.701</u>	<u>-</u>	<u>85.845</u>	<u>6.759</u>	<u>25.482</u>	<u>607.787</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	44.453	893
Ajustes para:	<u>17.273</u>	<u>8.698</u>
Depreciações e amortizações	1.415	1.161
Amortização de ativos intangíveis	1.265	5.924
Perdas (reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos	(29)	(545)
Juros e variações monetárias sobre provisões judiciais	(43)	2.158
Perda na alienação de ativos intangíveis	14.665	-
Variação nas contas patrimoniais	<u>(49.523)</u>	<u>(7.549)</u>
Ativos financeiros	1.047.043	(165.504)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(31.730)	(4.901)
Ativos de resseguro	(7.938)	(1.086)
Créditos fiscais e Previdenciários	451	(126)
Ativo fiscal diferido	14.543	(11.972)
Despesas antecipadas	(26)	181
Custo de aquisição diferidos	(3.880)	(4.956)
Outros ativos	(655)	(1.142)
Depósitos judiciais e fiscais	(4.564)	(9.840)
Fornecedores e outras contas a pagar	(5.606)	4.245
Impostos e contribuições	14.050	933
Débitos de operações com seguros e resseguros	14.811	(15.506)
Depósitos de terceiros	3.144	7.832
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(843.100)	154.854
Provisões técnicas - previdência complementar	(243.384)	25.098
Outros passivos	(10.780)	12.665
Provisões judiciais	8.098	1.676
Caixa gerado nas operações	12.203	2.042
Juros pagos	(14)	(201)
Juros recebidos	-	377
Impostos sobre o lucro pagos	(9.784)	(116)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.405</u>	<u>2.102</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(2.336)	(2.663)
Intangível	-	(98)
Despesas de desenvolvimento	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(2.336)</u>	<u>(2.761)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	69	(659)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	<u>1.807</u>	<u>867</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>1.876</u>	<u>208</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.253 - São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a Metlife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de *Delaware* nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 *Avenue of the Americas*, Nova York, e tem como objetivo principal a comercialização, em todo território nacional, de seguros de pessoas, nas modalidades individual e em grupo, e plano de previdência complementar aberta.

Estas demonstrações financeiras intermediárias, elaboradas para a data-base 30 de junho de 2018, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras intermediárias das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, a partir de 1º de janeiro de 2016 e de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela SUSEP, no que não contrariar as disposições contidas na circular.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras intermediárias.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP requer a aplicação de políticas contábeis que podem envolver níveis de julgamento significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir, significativamente, dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente.

As seções abaixo descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias.

a) Moeda funcional

Nas demonstrações financeiras intermediárias os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

c) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endorosso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão, e para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidade em moeda nacional e instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, eram compostos somente por saldos de caixa e bancos.

e) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários", líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros, somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

g) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Provisões para risco sobre crédito de acordo com estudo técnico elaborado pela Administração, as provisões para riscos de crédito são calculadas conforme os seguintes critérios: (i) a provisão sobre prêmios diretos a receber leva em consideração o histórico de cancelamento das apólices por inadimplência; e (ii) a provisão para operações a receber de cosseguro e resseguro mediante histórico de negociação dos recebíveis com as congêneres e com histórico de perda.

Os ativos não financeiros são analisados com a finalidade de verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos e medir a eventual perda com o objetivo de constituir quando aplicável, a redução ao valor de recuperação de ativos não financeiros.

O imobilizado e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Seguradora não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda.

i) Custos de aquisição diferidos

As comissões, agenciamentos e outros custos diretos de angariação são diferidos e refletidos no saldo da conta "Custos de aquisição diferidos" de acordo com o prazo de vigência das apólices de seguros ou a estimativa de permanência dos segurados para os planos de Vida Individual; para os produtos comercializados por meio de prêmio único, de acordo com os prazos de vigências que podem chegar até 60 meses; e para os demais produtos de vida em grupo, pelo prazo de 12 meses.

Premissas:

Seguro de vida (regime de capitalização): é considerada a experiência de persistência da própria carteira;

Seguro de vida (regime de repartição simples): os custos diferidos são apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

j) Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

Os ativos relacionados a resseguros também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizáveis pelos montantes registrados.

k) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e a redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de 10 anos para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação e instalações e de 5 anos para equipamentos de processamento de dados.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

m) Intangível

Refere-se, preponderantemente: (a) direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros, os quais são amortizados levando em consideração a persistência dos prêmios, cujo prazo médio é de 10 anos; (b) ágios de rentabilidade futura pagos na aquisição de investimento já incorporado, deduzido das amortizações que estavam sendo calculadas em 10 anos. O saldo do ágio é avaliado pelo teste de recuperabilidade (*impairment*); e (c) os direitos de uso de software estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de 5 anos.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros".

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o) Provisões técnicas

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método *pro rata* dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para cobrir o valor esperado de prêmios referentes aos riscos vigentes pendentes de emissão. Essa provisão é obtida por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo. Processos administrativos: é constituído com base nas notificações dos sinistros recebidos pela seguradora até o encerramento do período e contempla, na data da sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos da parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos; Processos judiciais: é calculado verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos, baseado na análise do departamento jurídico interno da seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações.
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para cobrir os valores esperados a liquidar referente aos sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do cálculo, incluindo as operações de cosseguros aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O valor esperado da provisão é obtido através de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial que consiste na aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurados através de triângulos de *run-off*.

- A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios.
- A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.
- A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) é constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização e de repartição por capitais de cobertura, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual.
- A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a seguradora receptora.

p) Teste de adequação do passivo

Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado para verificar a adequação dos passivos de seguro líquidos dos custos de aquisição relacionados e com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Para efetuar esse teste, a Administração utiliza as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas e incrementais a de liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa futuros são trazidos a valor presente por taxas de juros livres de riscos, conforme determinado pela SUSEP.

Contratos de seguro de longo prazo são mensurados com base em premissas do início do contrato. Quando o teste de adequação requer a adoção de novas premissas, essas novas premissas são usadas prospectivamente.

Em 30 de junho de 2018, a Seguradora identificou necessidade de Provisão Complementar de Cobertura derivada do teste de adequação do passivo, no valor de R\$140.831 (R\$164.459 em 2017).

q) Provisões judiciais e obrigações legais

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões judiciais são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As provisões judiciais que decorrem de processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). As provisões judiciais de natureza trabalhista e cível são contabilizadas com base em índices percentuais históricos de cada probabilidade de perda extraídos de estudos elaborados pelas áreas financeiras e atuariais.

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo e atualizados monetariamente, quando aplicável, sem serem deduzidos das correspondentes provisões judiciais.

r) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando ocorre o recebimento do respectivo prêmio.

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, registrado no passivo circulante em contrapartida de "Prêmios a receber", é retido e recolhido, quando aplicável, simultaneamente ao recebimento do prêmio.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido. O imposto e a contribuição são reconhecidos no resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15%, do lucro antes dos impostos, até 31 de agosto de 2015. A Lei Nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

s) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Atualmente, todos os contratos de leasing da Seguradora são de arrendamento operacional.

4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora adota a metodologia de 3 linhas de defesa (*Three Lines of Defense*) para gerir e controlar a sua exposição a risco. Baseada neste sentido e demonstrando a preocupação da Companhia com o assunto, a MetLife adotou como ferramenta para todas as áreas envolvidas na Gestão de Riscos o Sistema *Open Pages*, que possibilitará diferentes visões dos riscos da Companhia, além de sumarizar os planos de ação e tornar visível a todos os envolvidos os resultados e evolução do ambiente de riscos.

Outro ponto importante a destacar é a independência da Área de Riscos, a qual é subordinada diretamente a área Regional da Matriz da Seguradora e está ao Conselho de Administração.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e conta com a participação de todas as camadas de gestão, desde a alta Administração até níveis operacionais, além de contar com apoio da estrutura de controles internos e de *Compliance* da Seguradora.

Processo de gerenciamento de risco:

O Gerenciamento dos riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Operacional (incluindo o risco Legal), Subscrição e Liquidez.

O Processo de Gestão de Riscos na Seguradora tem como objetivo suportar os seus objetivos estratégicos colaborando para se evitar resultados inesperados para organização oriundos de riscos não controlados adequadamente e assim garantir capital adequado para a sustentabilidade do negócio.

A Seguradora desenvolveu metodologia própria para a identificação e gestão dos riscos inerentes a sua operação. A metodologia utilizada é definida pela Matriz da Seguradora e está baseada nas melhores práticas definidas em COSO (*Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*). Os pilares da metodologia são 4: identificação, avaliação, resposta ao risco e monitoramento.

Identificação dos riscos

Consiste no processo de identificação dos riscos que possam afetar a Seguradora e sua respectiva priorização.

Avaliação dos riscos

Consiste em definir baseado na probabilidade e probabilidade de impacto dos riscos identificados através de metodologia própria.

Resposta ao risco

Refere-se a resposta da organização da avaliação dos riscos frente a Matriz de Risco e objetivos Estratégicos da Seguradora, onde são elaborados plano de ação para reduzir o *rating* do risco avaliado.

Monitoramento

As informações de cada um dos riscos, bem como seus respectivos planos de ação e classificações, são monitoradas periodicamente e gerenciados através das reuniões do Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria ou outro canal que o Gestor de Riscos julgue necessário.

Adicionalmente, os pontos mais relevantes da Seguradora são expostos no Comitê Regional de Riscos para que toda organização tenha ciência do plano de ação para mitigação e redução do risco.

O Gestor de Riscos no processo de ERM da Seguradora, exerce o papel de ponto focal das ações relativas a riscos e seu monitoramento, além de ter a missão de fomentar a cultura de riscos da Companhia.

4.1. Riscos de seguro

Contratos de seguro

Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. A Seguradora comercializa contratos de Seguro de pessoas e Previdência complementar (produtos de acumulação), e ambos são classificados como contratos de seguro.

A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

Em seguros de pessoas opera quase que integralmente nos ramos coletivos distribuindo seguros para empresas e associações, e pessoas físicas através de apólices abertas. Possui também uma carteira de seguros individuais resgatáveis não mais em comercialização. Opera seguros tipo VGBL e previdência complementar tipo PGBL.

Em previdência complementar possui uma carteira pequena de FGB e planos de benefícios definidos, não mais em comercialização, e ambos são classificados como contratos de seguro.

Os principais ramos operados são vida em grupo, prestamista, acidentes pessoais coletivos e eventos aleatórios. As principais coberturas operadas são morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença.

Os modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões.

Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. Esses eventos são quase que na sua totalidade eventos biométricos tais como mortalidade e invalidez. No risco de seguro existe a possibilidade de perda devido à incerteza na frequência de ocorrência dos eventos cobertos bem como na severidade dos valores deles decorrentes.

A política de subscrição é o conjunto de regras de aceitação de risco, que visa impedir assumir riscos desnecessários impactando no balanço técnico-atuarial da Seguradora. Esta política leva em conta a estratégia de crescimento de todos os segmentos de negócio aliada a experiência da carteira.

Periodicamente estudos atuariais são elaborados para todos os segmentos de carteira. Nestes estudos medem-se a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidos e monitora-se métricas de controle de risco. Com base neste levantamento, mede-se o sucesso da estratégia e as possíveis oscilações são mitigadas.

O risco de subscrição é reduzido através de cessão de resseguros visando otimizar a capacidade de retenção de riscos e os resultados operacionais. A totalidade dos contratos de resseguros vigentes, em 30 de junho de 2018, está concentrada no IRB Brasil Resseguros S.A., ressegurador local. Os principais contratos de resseguro vigentes são o contrato automático de excedente de responsabilidade, o contrato de excesso de danos para catástrofe e contratos facultativos de excedente de responsabilidade para cobrir riscos específicos, e a soma de todos os contratos representa um repasse de 2,40% (2,23% em 2017) do total de prêmios emitidos no semestre.

A carteira de contratos de seguros é monitorada. As taxas dos seguros podem ser ajustadas nas renovações dos contratos de seguros empresariais em função da experiência do negócio. Para as apólices abertas, as taxas dos seguros podem ser alteradas para os novos negócios.

A Seguradora dispõe de capital para cobrir as oscilações baseadas nos riscos de precificação, subscrição e provisões para os seguros de vida de acordo com normas vigentes.

O risco biométrico de longevidade superior à esperada é intrínseco aos produtos de previdência e vida que pagam renda ao próprio participante ou aos seus beneficiários. Esse risco também existe nos produtos resgatáveis em menor grau. O monitoramento desse risco é realizado através do acompanhamento de estudos divulgados por diversas fontes externas sobre o aumento da expectativa de vida e do acompanhamento da experiência brasileira. Provisões adicionais são constituídas partindo-se da tábua de sobrevivência da experiência brasileira vigente projetando-se aumento anual contínuo da sobrevivência (*improvement*).

Para contratos de longo prazo com garantia de rentabilidade pré-definida existe o risco do retorno dos investimentos ser inferior ao previsto e o risco de descasamento entre o indexador do ativo e passivo. O monitoramento desses riscos é feito através do casamento entre ativos e passivos (*Asset and Liability Management*). Os ativos que lastreiam esses contratos de longo prazo estão associados ao fluxo de caixa do passivo.

Para o risco comportamental de manutenção do contrato, em geral, taxas mais baixas de persistência dos contratos afetam a diluição das despesas fixas e reduzem os fluxos de caixa positivo do negócio. Taxas de persistência baixas nos produtos com garantia de rentabilidade predefinida e cláusula de resgate podem causar impacto na liquidez. A persistência dos negócios é monitorada em relação ao esperado e dependendo do produto, ações podem ser tomadas, para melhorar a persistência.

O risco de as despesas serem maiores do que o esperado é monitorado através do acompanhamento dos resultados dos negócios de acordo com o agrupamento estabelecido.

Determinados contratos de seguro de vida resgatável e previdência contêm garantias de rentabilidade predefinida e podem ser registradas obrigações referentes a benefícios adicionais oriundos de distribuição de excedente financeiro.

O risco das estimativas utilizadas nos cálculos das provisões de sinistros ocorridos, avisados ou não, gerarem provisões subdimensionadas é monitorado periodicamente através de teste de consistência e outros procedimentos adotados por diversas áreas da Seguradora. As provisões de sinistros ocorridos incluem a provisão de sinistros a liquidar, a provisão de benefícios a regularizar e provisão de sinistros ocorridos e ainda não avisados (IBNR).

Semestralmente é realizado o teste de adequação dos passivos considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Se constatada deficiência, provisão adicional é constituída. Não obstante, a qualquer momento, se constatada deficiência, provisão adicional será contabilizada.

4.2. Resultados do teste de sensibilidade

Os resultados de alguns testes de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade é demonstrado o impacto das provisões técnicas no patrimônio líquido e no resultado sem considerar os efeitos de impostos, de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator, em relação ao cenário base. Como a seguradora retém grande parte do risco, o impacto do resseguro não é representativo, por esse motivo apresentamos a seguir as análises de sensibilidades brutas de resseguro.

a) Seguros de vida

	Impacto da sensibilidade no cenário básico do teste de adequação do passivo	
	30/06/2018	31/12/2017
	Bruto de resseguro	Bruto de resseguro
<u>Premissas atuariais</u>		
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(27.979)	(30.538)
Aumento de 10% nos sinistros	(77.041)	(79.998)
Aumento de 10% na despesa administrativa	(5.985)	(6.560)

b) Seguros de vida resgatáveis e individual

	Impacto da sensibilidade no cenário básico do teste de adequação do passivo	
	30/06/2018	31/12/2017
	Bruto de resseguro	Bruto de resseguro
<u>Premissas atuariais</u>		
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(4.851)	(3.564)
Aumento de 10% na mortalidade	(1.098)	(409)
Aumento de 10% no cancelamento	(3.335)	(2.123)

c) Previdência

Participantes na fase de acumulação com cobertura por sobrevivência incluindo VGBL

	Impacto da sensibilidade no cenário básico do teste de adequação do passivo	
	30/06/2018	31/12/2017
	Bruto de resseguro	Bruto de resseguro
<u>Premissas atuariais</u>		
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(865)	(465)
Redução de 10% na mortalidade	78	56
Aumento de 10% no fator de conversão em renda	6.608	10.298

Assistidos (participantes ou beneficiários que estão recebendo renda)

	Impacto da sensibilidade no cenário básico do teste de adequação do passivo	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Premissas atuariais</u>	<u>Bruto de resseguro</u>	<u>Bruto de resseguro</u>
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(1.153)	(1.064)
Redução de 10% na mortalidade	(193)	(246)

Participantes com coberturas de morte e/ou invalidez

	Impacto da sensibilidade no cenário básico do teste de adequação do passivo	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Premissas atuariais</u>	<u>Bruto de resseguro</u>	<u>Bruto de resseguro</u>
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(102)	(97)
Aumento de 10% na mortalidade ou entrada em invalidez	(80)	(90)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4.3. Concentração de riscos

O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam, principalmente, o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, riscos tais como colisões de trens, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer nos ramos em que a Seguradora atua.

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes. A Seguradora não possui concentração de riscos significativos em moedas estrangeiras. As emissões ocorrem, substancialmente, em moeda nacional.

Total de prêmios bruto de resseguros (a) por linha de negócios e regiões geográficas no semestre findo em 30 de junho de 2018

	30/06/2018					Total Geral
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	
Vida em Grupo	204.659	17.629	13.536	5.920	2.975	244.719
Acidentes Pessoais - Coletivo	91.807	6.539	5.453	2.994	1.227	108.020
Prestamista	62.880	2.190	116	32	20	65.238
Vida Individual	17.043	1.049	144	1437	68	19.741
Renda de eventos aleatórios	10.899	3.568	2.231	510	374	17.582
VGBL	12.054	-	423	70	2	12.549
Doenças Graves/terminal	9.702	-	-	-	-	9.702
Outros	949	704	1400	505	-	3.558
Total	409.993	31.679	23.303	11.468	4.666	481.109

Total de prêmios líquido de resseguro (b) por linha de negócios e regiões geográficas no semestre findo em 30 de junho de 2018.

	30/06/2018					Total Geral
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	
Vida em Grupo	195.340	17.630	13.536	5.920	2.975	235.401
Acidentes Pessoais - Coletivo	89.776	6.539	5.453	2.994	1.227	105.989
Prestamista	62.848	2.190	116	32	20	65.206
Vida Individual	16.954	1.049	144	1437	68	19.652
Renda de eventos aleatórios	10.825	3.568	2.231	510	374	17.508
VGBL	12.054	-	423	70	2	12.549
Doenças Graves/terminal	9.124	-	-	-	0	9.124
Outros	933	704	1400	505	-	3.542
Total	397.854	31.680	23.303	11.468	4.666	468.971

(a) Os totais de prêmios de seguros estão apresentados na demonstração do resultado, nas rubricas "Prêmios emitidos" e "Rendas de contribuições e prêmios", acrescidos dos prêmios de riscos vigentes e não emitidos e das contribuições do PGDL, e deduzidos dos prêmios de cosseguros cedidos.

- (b) Os totais de prêmios de seguros apresentados acima se referem aos valores do item (a) líquidos de operações de resseguro.

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras, resseguradoras e emissores de ativos financeiros.

Com relação ao risco de recebimentos dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação. A metodologia de apuração da provisão para riscos de créditos está descrita na nota explicativa nº 3.h).

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Investimentos.

Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A exposição ao risco de crédito relativo aos ativos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias sem considerar qualquer garantia, é a seguinte:

	<u>Exposição máxima em 30/06/2018</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.097.743
Títulos ao valor justo por meio do resultado	934.773
Créditos das operações com seguros e resseguros	253.408
Ativos de resseguro – provisões técnicas	10.025
Outros créditos operacionais	<u>13.892</u>
Total	<u>2.309.841</u>

As exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis brutos, conforme reportados nas demonstrações financeiras intermediárias.

4.5. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Seguradora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de a Seguradora cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

Em 30 de junho de 2018, os vencimentos dos ativos e passivos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.097.743	-	-	-	-	1.097.743
Cotas de fundos de investimento exclusivos	900.776	-	-	-	-	900.776
Cotas de fundos de investimento abertos	196.967	-	-	-	-	196.967
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	235.017	699.756	934.773
Títulos de renda fixa privados	-	-	-	70.554	85.480	156.034
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	164.463	614.276	778.739
Créditos das operações com seguros e resseguros	233.411	11.987	5.542	1.509	959	253.408
Prêmios a receber	224.328	2.643	1.720	1.459	883	231.033
Valores a receber congêneres	4.650	1.429	899	50	76	7.104
Valores a receber resseguradoras	4.433	7.915	2.923	-	-	15.271
Outros créditos operacionais	10.925	1.295	1.672	-	-	13.892
Ativos de resseguro- provisões técnicas	-	2.739	7.286	-	-	10.025
Caixa e equivalentes de caixa	1.876	-	-	-	-	1.876
Total dos ativos financeiros	1.343.955	16.021	14.500	236.526	700.715	2.311.717
Provisões técnicas	910.472	199.898	340.340	80.149	227.196	1.758.055
Passivos financeiros	178.020	18.064	8.682	1.383	31	206.180
Contas a pagar	75.684	-	-	-	-	75.684
Débitos de operações com seguros e resseguros	86.038	15.275	8.682	1.383	31	111.409
Depósitos de terceiros	16.298	2.789	-	-	-	19.087
Total dos passivos financeiros e provisões técnicas	1.088.492	217.962	349.022	81.532	227.227	1.964.235

4.6. Risco de mercado

Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

Controle do risco de mercado

O controle do risco de mercado é acompanhado trimestralmente pelas reuniões do Comitê de Investimentos, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela Seguradora.
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional.
- Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais.
- Definir a política de liquidez.
- Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moeda.

Análise do risco de mercado

A Seguradora utiliza a análise de sensibilidade como ferramenta de gestão de risco financeiro. Os resultados desta análise são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Estes testes levam em consideração impactos futuros nas taxas de mercado. Os resultados obtidos auxiliam no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Seguradora.

- a) A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Seguradora, excluídos os vinculados à carteira de previdência, levando em consideração, a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do semestre e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

Classe	Premissas	Saldo contábil	30/06/2018 Variação resultado/ patrimônio líquido
<u>Ativos prefixados</u>			
Públicos:			
NTN-F (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	256.132	(29.685)
<u>Ativos pós- fixados</u>			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	123.338	(7.274)
NTN-C (IGP-M) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	381.678	(18.448)

			<u>30/06/2018</u>
			Variação resultado/ patrimônio líquido
<u>Classe</u>	<u>Premissas</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>patrimônio líquido</u>
Privados:			
Debêntures (inflação) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	155.508	(15.847)
Debênture (CDI) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.015	-
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	36.220	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	<u>160.747</u>	<u>(15.773)</u>
Total		<u>1.118.638</u>	<u>(87.027)</u>
Impacto líquido dos efeitos tributários			<u>(47.865)</u>
			<u>31/12/2017</u>
			Variação resultado/ patrimônio líquido
<u>Classe</u>	<u>Premissas</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>patrimônio líquido</u>
<u>Ativos prefixados</u>			
Públicos:			
NTN-F (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	238.854	(18.153)
LTN (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	9.198	-
<u>Ativos pós- fixados</u>			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	127.344	(26.144)
NTN-C (IGP-M) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	372.763	(51.516)
Privados:			
Debêntures (inflação) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	176.713	(4.312)
Debênture (CDI) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.010	-
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	25.724	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	<u>158.170</u>	<u>(21.464)</u>
Total		<u>1.113.776</u>	<u>(121.589)</u>
Impacto líquido dos efeitos tributários			<u>(66.874)</u>

- (a) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 5,04% a 10,48% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 9,16% a 15,73% ao ano.
- (b) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,92% ao ano e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

4.7. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

Corporativamente, a Seguradora define risco operacional como a possibilidade de perdas resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

Controle de risco operacional

A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato da avaliação a exposição da companhia perante o risco.

Em linha com a Circular SUSEP Nº 521, a Companhia indicou em dezembro de 2016 o Gestor de Riscos responsável por implementar a estrutura de Gestão de Riscos na Companhia, com o apoio e supervisão da Diretoria Regional de Riscos da companhia, além de estruturar e implementar o processo necessário para a captura e gestão das perdas operacionais incorridas na companhia (Banco de Dados de Perdas Operacionais).

4.8. Gestão do capital

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Circular SUSEP nº 517/2015 alterada pela Circular SUSEP nº 543/2016 e Resolução CNSP nº 321/2015 alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016).

Cálculo do patrimônio líquido ajustado

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido	607.787	593.047
Despesas antecipadas	(377)	(351)
Créditos Tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(21.240)	(28.135)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(26.737)	(10.480)
Ativos intangíveis	(18.479)	(34.409)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(6.336)	(7.931)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	2.841	10.640
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	<u>537.459</u>	<u>522.381</u>
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	25.281	25.783
PLA (total) = PLA + ajustes assoc. à var. valores econômicos	<u>562.740</u>	<u>548.164</u>

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
I- Capital base	15.000	15.000
II- Capital adicional	<u>193.196</u>	<u>195.234</u>
Capital adicional de risco subscrição(i)	148.560	146.469
Capital adicional de risco de crédito	29.392	40.714
Capital adicional de risco de mercado - (100% em 2018 e 50% em 2017)	60.262	54.117
Capital adicional de risco operacional	2.687	2.704
Benefício da diversificação	(47.705)	(48.770)
III- Capital Mínimo Requerido (CMR) (maior entre I e II)	<u>193.196</u>	<u>195.234</u>
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	<u>344.263</u>	<u>327.147</u>
Suficiência de Capital %	<u>178,19</u>	<u>167,57</u>
Índice de solvência= CMR/PLA	<u>0,36</u>	<u>0,37</u>

- (i) O valor do capital adicional de risco de subscrição de dezembro de 2017 foi ajustado para adequação à Resolução CNSP nº 360 de 2017 e seus anexos.

Limites de retenção

O limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que a Seguradora pode reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados. Em 30 de junho de 2018, os limites de retenção praticados pela Seguradora foram R\$1.100 Mil.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

- a) As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.
- b) Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das principais práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - *Liability Method*, equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras intermediárias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados semestralmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Seguradora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza teste de *impairment* para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento do semestre nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

A Seguradora avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas por recuperabilidade de ágio.

c) Provisões judiciais - tributários, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias.

d) Provisão para riscos sobre créditos

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.h) é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Essa norma é efetiva para exercício iniciados em 1º de janeiro de 2019. Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras a SUSEP não aprovou este CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. A IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial da IFRS 17.

IFRS 17 – Contratos de Seguro - O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo.
- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.
- *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos.
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa.

- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato.
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis não divulgou até a data desta demonstração financeira o CPC relativo à IFRS 17.

7. APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição das aplicações em títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2018		31/12/2017	
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	1.097.743	54%	2.173.581	70%
Fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	900.776	44%	1.989.688	64%
Títulos de renda fixa – públicos	712.932	35%	1.489.168	48%
LTN	248.188	12%	786.995	25%
LFT	165.188	8%	242.295	8%
NTN	299.556	15%	459.878	15%
Títulos de renda fixa – privados	97.955	5%	308.397	10%
CDBs	108	-	8.634	-
Letras financeiras – LF	35.728	2%	80.698	3%
Debêntures	62.119	3%	219.065	7%
Títulos de renda variável	30.084	1%	43.165	1%
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	58.930	3%	149.586	5%
Disponibilidades líquidas/contas a pagar	875	-	(628)	-
Cotas de fundos de investimento	196.967	10%	183.893	6%
Ativos financeiros disponíveis para venda	934.773	46%	929.869	30%
Títulos de renda fixa – públicos	778.740	38%	748.159	24%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	778.740	38%	738.961	24%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	9.198	-
Títulos de renda fixa – privados	156.033	8%	181.710	6%
Debêntures	156.033	8%	181.710	6%
Total	<u>2.032.516</u>	<u>100%</u>	<u>3.103.450</u>	<u>100%</u>

Movimentação das aplicações financeiras:

Saldo no início do semestre	3.103.450
Aplicações	841.946
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	819.760
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.186
Resgates	(2.034.670)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.999.348)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(35.322)
Receita financeira	97.899
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota 19f.)	42.805
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota 19 f.)	55.094
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	23.891
Saldo no fim do semestre	<u>2.032.516</u>

	30/06/2018				
	<u>Custo Atualizado</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Ajustes de TVM</u>	<u>Efeitos Tributários</u>	<u>Líquidos de tributos</u>
Títulos ao valor justo por meio do resultado					
Fundos abertos:	<u>196.967</u>	<u>196.967</u>	-	-	-
Cotas de fundos de Investimento (a)	<u>196.967</u>	<u>196.967</u>	-	-	-
Fundos Exclusivos	<u>900.776</u>	<u>900.776</u>	-	-	-
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência (a)	900.776	900.776	-	-	-
Total de valor Justo por meio do resultado	<u>1.097.743</u>	<u>1.097.743</u>	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa – privados (c)	<u>156.837</u>	<u>156.033</u>	<u>(804)</u>	<u>(362)</u>	<u>(442)</u>
Debêntures	156.837	156.033	(804)	(362)	(442)
Títulos de renda fixa – públicos (b)	<u>765.647</u>	<u>778.740</u>	<u>13.093</u>	<u>5.892</u>	<u>7.201</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	765.647	778.740	13.093	5.892	7.201
Total de disponíveis para venda	<u>922.484</u>	<u>934.773</u>	<u>12.289</u>	<u>5.530</u>	<u>6.759</u>
Total das aplicações	<u>2.020.227</u>	<u>2.032.516</u>	<u>12.289</u>	<u>5.530</u>	<u>6.759</u>

- (a) O valor justo das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos.
- (b) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 5,04% a 10,48% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 9,16% a 15,73% ao ano.
- (c) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,75% a 7,92% ao ano e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Do saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a parcela destinada à cobertura das provisões técnicas está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões técnicas - seguros	1.230.879	2.073.993
Provisões técnicas - previdência complementar	527.175	770.559
Redutores de sinistros	(8.779)	(9.476)
Direitos Creditórios	(53.125)	(46.135)
Depósitos judiciais Sinistros	(13.744)	(11.863)
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência.	<u>(898.314)</u>	<u>(1.987.380)</u>
Passivo a ser coberto	<u>784.092</u>	<u>789.698</u>
Ativos garantidores	<u>1.099.067</u>	<u>1.091.403</u>
Suficiência	<u>314.975</u>	<u>301.705</u>

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); e
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as mensurações dos instrumentos financeiros estavam assim classificadas:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos ao valor justo por meio do resultado:		
Nível 1	743.891	1.531.705
Nível 2	<u>353.852</u>	<u>641.876</u>
Total	<u>1.097.743</u>	<u>2.173.581</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Nível 1	778.740	748.159
Nível 2	<u>156.033</u>	<u>181.710</u>
Total	<u>934.773</u>	<u>929.869</u>

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Os créditos das operações com seguros e resseguros estão mensurados pelo custo amortizado, sendo que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias.

a) Ramos de seguros

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vida em grupo	165.531	119.345
Acidentes pessoais – coletivo	31.250	38.899
Prestamista	14.447	16.423
Vida Individual	20.748	17.146
Doenças graves ou doença terminal	3.495	3.764
Renda de eventos aleatórios	4.243	5.023
Acidentes pessoais – individual	2.152	2.096
Outros	<u>11.542</u>	<u>10.893</u>
Total	<u>253.408</u>	<u>213.589</u>
Circulante	250.940	211.496
Não Circulante	2.468	2.093

A composição da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

30/06/2018							
	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	124.654	68.983	13.829	18.548	6.706	(1.687)	231.033
Operações com seguradoras	5	-	135	4.370	3.789	(1.195)	7.104
Operações com resseguradoras	-	-	3.419	1.092	10.760	-	15.271
Total líquido	<u>124.659</u>	<u>68.983</u>	<u>17.383</u>	<u>24.010</u>	<u>21.255</u>	<u>(2.882)</u>	<u>253.408</u>

31/12/2017							
	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	100.179	62.469	29.258	6.885	4.033	(1.715)	201.109
Operações com seguradoras	373	-	1.905	1.740	3.179	(1.735)	5.462
Operações com resseguradoras	-	-	1.249	3.181	2.588	-	7.018
Total líquido	<u>100.552</u>	<u>62.469</u>	<u>32.412</u>	<u>11.806</u>	<u>9.800</u>	<u>(3.450)</u>	<u>213.589</u>

b) Movimentação de prêmios a receber

30/06/2018			
	Direto/aceito	Prêmio de resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2017	201.109	11.808	189.301
Prêmios emitidos - bruto	547.308	22.785	524.523
Recebimentos	(461.268)	(5.832)	(455.436)
Constituição da provisão para riscos de créditos	29	-	29
Baixas/cancelamentos	(56.145)	(12.680)	(43.465)
Prêmios pendentes em 30 de junho de 2018	<u>231.033</u>	<u>16.081</u>	<u>214.952</u>

31//12/2017			
	Direto/Aceito	Prêmio de Resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2016	208.695	11.255	197.440
Prêmios emitidos - bruto	1.039.084	31.087	1.007.997
Recebimentos	(957.549)	(23.623)	(933.926)
Reversão da provisão para riscos de créditos	(320)	-	(320)
Baixas/cancelamentos	(88.801)	(6.911)	(81.890)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2017	<u>201.109</u>	<u>11.808</u>	<u>189.301</u>

9. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

a) Operações com resseguradoras - ativo

	30/06/2018	31/12/2017
Sinistros a recuperar	15.271	7.018
Total	<u>15.271</u>	<u>7.018</u>
Circulante	15.271	7.018

b) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sinistros a liquidar	6.011	6.675
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	2.768	2.801
Provisão para prêmio não ganho - resseguro cedido	<u>1.246</u>	<u>864</u>
Total	<u>10.025</u>	<u>10.340</u>
Circulante	10.025	10.340

c) Operações com resseguradoras – passivo

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios cedidos	14.138	9.938
Prêmio resseguro a liquidar	<u>1.943</u>	<u>1.870</u>
Total	<u>16.081</u>	<u>11.808</u>
Circulante	15.208	11.283
Não Circulante	873	525

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 30 de junho de 2018, a Seguradora tem base negativa de contribuição social acumulado no montante de R\$53.947 (R\$68.854 em 31 de dezembro de 2017) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$52.193 (R\$67.100 em 31 de dezembro de 2017), a compensar com lucros tributáveis futuros.

A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano.

Amparada no seu histórico de lucros dos últimos três anos, de acordo com as regras da SUSEP para registro de tais créditos e nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a Administração mantém créditos tributários diferidos decorrentes do prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, conforme segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Impostos a compensar	1.915	2.366
Sobre diferenças temporárias	55.311	51.731
Sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	21.240	28.135
Sobre ágio (a)	406	882
Sobre marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	<u>-</u>	<u>1</u>
Total	<u>78.872</u>	<u>83.115</u>
Circulante	1.915	2.366
Não circulante	76.957	80.749

(a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base negativa acumulada de contribuição social	53.947	68.854
Ágio a amortizar (v)	1.011	2.206
Adições temporárias (i)	<u>137.639</u>	<u>129.328</u>
Total	<u>192.597</u>	<u>200.388</u>
Alíquota de contribuição social (ii)	9%	9%
Créditos tributários de contribuição social	17.334	18.035
Créditos pela majoração de alíquota - Lei nº 11.727 (iii)	11.556	12.023
Créditos pela majoração de alíquota - Lei nº 13.169 (iv)	<u>356</u>	<u>1.032</u>
Total de créditos tributários de contribuição social	<u>29.246</u>	<u>31.090</u>
Prejuízo fiscal acumulado	52.193	67.100
Adições temporárias (i)	137.639	129.327
Ágio a amortizar (v)	<u>1.011</u>	<u>2.206</u>
Total	<u>190.843</u>	<u>198.633</u>
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Créditos tributários de imposto de renda	<u>47.711</u>	<u>49.658</u>
Total dos créditos tributários constituídos	<u>76.957</u>	<u>80.748</u>
Créditos tributários sobre ajuste TVM (vi)	<u>-</u>	<u>1</u>
Total dos créditos tributários	<u><u>76.957</u></u>	<u><u>80.749</u></u>

- (i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos.
- (ii) O cálculo dos créditos tributários foi realizado, pela alíquota de 9%, devido à Seguradora estar questionando judicialmente o aumento da alíquota de 9% para 15%.
- (iii) Refere-se ao montante equivalente às obrigações legais relativas à majoração da alíquota de CSLL de 9% para 15% que é reconhecido no ativo simultaneamente quando reconhecidas no passivo, e limitado ao valor do passivo, em virtude da Seguradora estar discutindo esta majoração de alíquota judicialmente.
- (iv) Refere-se ao montante equivalente às obrigações legais relativas à majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20% que é reconhecido no ativo simultaneamente quando reconhecidas no passivo, e limitado ao valor do passivo, em virtude de a Seguradora estar discutindo esta majoração de alíquota judicialmente.
- (v) A Seguradora registrou créditos tributários diferidos sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (vide nota 11). Tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da Seguradora. O prazo residual de amortização fiscal é de 6 meses.
- (vi) Refere-se aos efeitos tributários dos ajustes de títulos e valores mobiliários da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 7).

(b) Projeção de realização dos créditos tributários

Apresentamos abaixo a estimativa de realização dos créditos tributários projetados com base no plano de negócios da Seguradora.

<u>Anos</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023 a</u> <u>2027</u>	<u>Total</u>
Valor utilização dos créditos	3.113	3.928	11.591	8.280	8.484	41.561	76.957

11. INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixa (c)	Amortização	Saldo em 30/06/2018	Taxa anual de amortização
Direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros	21.279	-	(14.665)	(933)	5.681	(a)
Ágio sobre investimentos incorporados	11.766	-	-	-	11.766	(b)
Direitos de uso de softwares	1.364	-	-	(332)	1.032	20%
Total	<u>34.409</u>	<u>-</u>	<u>(14.665)</u>	<u>(1.265)</u>	<u>18.479</u>	

(a) Amortizado levando em consideração o uso da base de clientes, em prazo médio de 10 anos;

(b) Referem-se a ágios de rentabilidade futura pagos em aquisições de investimentos efetuadas no passado;

(c) Baixa por expectativa de perda de uso da base de clientes.

Teste de *impairment* do ágio sobre investimentos adquiridos:

A Seguradora efetua anualmente (data-base: 31 de dezembro) os testes de recuperabilidade do valor contábil do ágio baseando-se no valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para as unidades geradoras de caixa (UGC), formadas por carteiras originadas da SEASUL e SOMA. O processo de estimativa dos valores em uso utiliza premissas atualizadas (persistência, sinistralidade e mortalidade), julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa as melhores estimativas da Seguradora, as quais foram aprovadas pela Administração. Nos períodos avaliados, a Seguradora não identificou necessidade de contabilização de perdas de redução dos valores recuperáveis.

A seguir, as principais premissas atuariais utilizadas de acordo com a experiência de cada produto:

Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual	Previdência
Mortalidade	100% da tábua BR-EMSmt-v2015	100% da tábua BR-EMSsb-v.2015	65% a 80% da tábua AT-83M
Sinistralidade (apenas para os negócios institucionais)	45% a 62%	Não aplicável	Não aplicável
% cancelamento	7% a 12,5%	5% a 8%	5% a 10%
Taxa de desconto	ETTJ	ETTJ	12,50%
Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual	Previdência

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O grupo de obrigações a pagar do Passivo circulante tem a seguinte composição:

	30/06/2018	31//12/2017
Dividendos, bonificações e JCP a pagar	16.125	2.395
Participação nos lucros a pagar	5.197	9.274
Fornecedores	3.041	2.620
Provisão de despesas com telemarketing e campanhas	17.512	14.790
Outras provisões	6.426	5.763
Total	<u>48.301</u>	<u>34.842</u>
Circulante	48.301	34.842

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados referentes a apólices em processo de emissão.

	30/06/2018					Total
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	
Depósitos seguros diretos	13.029	1.463	1.151	1.579	-	17.222
Depósitos cosseguros aceitos	686	241	29	-	-	956
Depósitos previdência complementar	726	106	36	22	-	890
Outros depósitos	19	-	-	-	-	19
Total	14.460	1.810	1.216	1.601	-	19.087

	31/12/2017					Total
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	
Depósitos seguros diretos	5.477	833	114	26	-	6.450
Depósitos cosseguros aceitos	-	-	-	79	-	79
Depósitos previdência complementar	8.835	258	269	12	40	9.414
Total	14.312	1.091	383	117	40	15.943

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS E PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

a) Os custos de aquisição diferidos e as provisões técnicas - seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

30/06/2018									
Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Vida individual	Vida com cobertura de sobrevivência	Provisão de despesas relacionadas	Total	Custos de aquisição diferidos
Prestamista	148.954	2.036	10.678	2.975	-	-	279	164.922	78.933
Acidentes pessoais coletivos	11.620	-	43.311	25.833	-	-	1.445	82.209	3.527
Vida com cobertura de sobrevivência/ VGBL	-	-	-	-	-	425.373	-	425.373	-
Vida em grupo	58.060	138.482	177.054	69.478	-	-	5.718	448.792	17.167
Vida individual	-	-	-	-	77.783	-	-	77.783	7.695
Outros	9.085	-	18.165	3.697	-	-	853	31.800	3.560
Total	227.719	140.518	249.208	101.983	77.783	425.373	8.295	1.230.879	110.882
Circulante	147.758	-	249.208	101.983	25.795	425.357	8.295	958.396	64.765
Não circulante	79.961	140.518	-	-	51.988	16	-	272.483	46.117
	227.719	140.518	249.208	101.983	77.783	425.373	8.295	1.230.879	110.882
31/12/2017									
Ramos:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Vida individual	Vida com cobertura de sobrevivência	Provisão de despesas relacionadas	Total	Custos de aquisição diferidos
Prestamista	140.229	1.922	10.426	2.651	-	-	223	155.451	74.890
Acidentes pessoais coletivos	10.758	-	44.222	23.014	-	-	1.215	79.209	3.254
Vida com cobertura de sobrevivência/ VGBL	-	-	-	-	-	1.256.509	-	1.256.509	-
Vida em grupo	54.577	160.634	185.225	75.595	-	-	5.344	481.375	17.069
Vida individual	-	-	-	-	69.319	-	-	69.319	8.605
Outros	8.110	-	19.426	3.951	-	-	643	32.130	3.184
Total	213.674	162.556	259.299	105.211	69.319	1.256.509	7.425	2.073.993	107.002
Circulante	137.526	-	259.299	105.211	15.480	1.256.507	7.425	1.781.448	58.471
Não Circulante	76.148	162.556	-	-	53.839	2	-	292.545	48.531
	213.674	162.556	259.299	105.211	69.319	1.256.509	7.425	2.073.993	107.002

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do período	107.002	87.037
Emissão	62.393	119.508
Amortização	<u>(58.513)</u>	<u>(99.543)</u>
Saldo no fim do período	<u>110.882</u>	<u>107.002</u>

c) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Vida individual	Vida com cobertura de sobrevivência (ii)	Provisão de despesas relacionadas
Saldo em 31 de dezembro de 2017	213.674	162.556	259.299	105.211	69.319	1.256.509	7.425
(+) Constituição	1.339.786	1.008.658	281.483	622.096	152.106	61.787	44.736
(+) Atualização monetária	-	-	(571)	-	-	-	-
(-) Reversão de provisão	(1.325.741)	(1.030.696)	(102.046)	(625.324)	(143.332)	(145.578)	(43.866)
(-) Pagamentos	-	-	(188.957)	-	(310)	(747.345)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>227.719</u>	<u>140.518</u>	<u>249.208</u>	<u>101.983</u>	<u>77.783</u>	<u>425.373</u>	<u>8.295</u>

(i) Em 30 de junho de 2018, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R\$145.554 (R\$150.182 em 31 de dezembro de 2017), com a seguinte classificação de risco:

(ii) Os pagamentos ocorridos no semestre são referentes as portabilidades cedidas das provisões matemáticas do produto VGBL.

<u>Riscos</u>	<u>Depósitos judiciais em 30/06/2018</u>	<u>Depósitos judiciais em 31/12/2017</u>	<u>Quantidade de processos judiciais em 30/06/2018</u>	<u>Quantidade de processos judiciais em 31/12/2017</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Adições/ atualização monetária</u>	<u>Reclassificação do risco</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em 30/06/2018</u>
Perda provável	6.134	5.984	390	436	53.750	1.192	4.057	(6.084)	(1.254)	51.661
Perda possível	24.885	25.957	1.778	1.913	85.370	4.492	(547)	(1.148)	(1.400)	86.767
Perda remota	3.845	5.907	2.123	2.080	11.062	193	(3.201)	(133)	(795)	7.126
Total	<u>34.864</u>	<u>37.848</u>	<u>4.291</u>	<u>4.429</u>	<u>150.182</u>	<u>5.877</u>	<u>309</u>	<u>(7.365)</u>	<u>(3.449)</u>	<u>145.554</u>

O montante dos processos de sinistros em demanda judicial por tempo de permanência está demonstrado a seguir:

	<u>Até 30 dias</u>	<u>De 31 a 60 dias</u>	<u>De 61 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias</u>	<u>Total</u>
Sinistros judiciais	-	176	650	2.993	141.735	145.554

15. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas - previdência complementar apresentaram a seguinte movimentação:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Planos não bloqueados:		
Saldo no início do Semestre	770.559	713.799
Adições decorrentes de contribuições arrecadadas	18.096	35.074
Pagamentos de benefícios e resgates	(21.041)	(130.783)
Atualização financeira das provisões	16.224	74.216
Transferências recebidas (concedidas) - PGBL (i)	(256.663)	78.254
Saldo no fim do semestre	<u>527.175</u>	<u>770.560</u>
Circulante	492.320	735.732
Não circulante	34.855	34.828

(i) Os pagamentos ocorridos no semestre são referentes as portabilidades cedidas das provisões matemáticas do produto PGBL.

16. DESENVOLVIMENTO DOS SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

a) Vida - sinistros brutos de resseguro

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	226.514	252.373	264.497	268.624	300.843	301.068	372.334	358.354	352.011	174.349	-
Um ano após o aviso	218.963	243.688	258.009	258.034	303.328	285.721	361.180	339.261	345.155	-	-
Dois anos após o aviso	215.211	244.254	254.627	259.158	294.023	287.225	355.839	336.279	-	-	-
Três anos após o aviso	212.633	240.575	251.291	256.490	295.522	291.377	356.652	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	210.770	241.931	249.428	257.197	298.172	290.598	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	212.758	245.551	253.303	259.386	299.599	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	214.746	248.283	257.718	260.353	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	215.363	251.376	259.660	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	218.197	254.065	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	226.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	226.177	254.065	259.660	260.353	299.598	290.598	356.652	336.279	345.155	174.349	2.802.886
CM e juros	18.282	5.460	11.083	7.029	5.520	5.205	4.739	2.093	849	80	60.861
Pagamentos de sinistros efetuados	(201.871)	(248.628)	(249.436)	(253.060)	(293.325)	(282.565)	(344.348)	(325.475)	(309.474)	(106.357)	(2.614.539)
Sinistros pendentes	42.588	11.418	21.307	14.322	11.793	13.238	17.043	12.897	36.530	68.072	249.208

b) Vida - sinistros líquidos de resseguro

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	222.537	247.247	263.084	267.707	295.527	293.747	359.549	344.554	339.023	163.064	-
Um ano após o aviso	215.218	238.233	256.547	257.503	295.527	278.585	348.320	326.284	329.140	-	-
Dois anos após o aviso	211.016	238.798	253.195	257.503	288.331	280.082	343.138	322.811	-	-	-
Três anos após o aviso	208.380	235.131	253.195	256.026	289.830	284.234	343.766	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	206.574	235.131	248.015	256.733	291.806	283.437	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	206.574	240.118	251.761	258.727	293.104	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	210.580	242.850	256.177	260.254	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	211.196	245.942	258.118	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	214.030	248.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	222.010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	217.574	248.631	258.118	260.254	293.104	283.437	343.766	322.811	329.140	163.064	2.724.335
CM e Juros	14.988	4.734	8.594	5.810	5.339	4.301	8.435	2.073	846	80	55.200
Pagamentos de sinistros efetuados	(195.611)	(241.427)	(245.405)	(251.945)	(286.839)	(274.514)	(335.240)	(312.090)	(293.700)	(99.045)	(2.536.336)
Sinistros pendentes	41.387	11.418	21.307	14.119	11.604	13.224	16.961	12.794	36.286	64.099	243.199

17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE - OUTROS DÉBITOS

A Seguradora é parte de vários processos judiciais e administrativos envolvendo, principalmente, questões tributárias.

Os saldos das provisões e suas movimentações, no semestre findo em 30 de junho de 2018, são os seguintes:

		Probabilidade de perda	Depósitos	Depósitos	Quantidade	Quantidade	Valor	Adições/	Reclassificação do risco	Pagamentos	Reversão	Valor	Valor
			Judiciais	Judiciais			provisionado	atualização monetária				provisionado	de Risco
			31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018
Obrigações legais			118.405	126.977	13	13	97.061	6.873	-	-	-	103.934	103.934
PIS/COFINS	(a, i)	Possível	99.112	102.753	7	7	75.583	3.006	-	-	-	78.589	78.589
CSLL	(b, h)	Possível	16.885	20.137	1	1	17.478	3.826	-	-	-	21.304	21.304
INSS	(c)	Provável	1.859	1.878	2	2	3.689	41	-	-	-	3.730	3.730
Demais	(d)	Provável	549	2.209	1	3	311	-	-	-	-	311	311
Outras Ações Fiscais			10.179	10.142	2	1	260	-	-	-	(260)	-	10.142
ISS	(e)	Remoto	9.919	10.142	1	1	-	-	-	-	-	-	10.142
Multa Vitória	(j)	Provável	260	-	1	-	260	-	-	-	(260)	-	-
Provisões trabalhistas	(f)		5.327	4.468	106	98	6.485	3.306	(1.000)	(108)	(932)	7.751	29.621
		Provável	5.327	3.991	106	38	6.168	3.306	(1.000)	(108)	(615)	7.751	7.751
		Possível	-	95	-	52	316	-	-	-	(316)	-	21.078
		Remoto	-	382	-	8	1	-	-	-	(1)	-	792
Provisões cíveis	(g)		1.328	1.199	394	274	1.968	1.325	124	(60)	(1.218)	2.139	6.070
		Provável	557	1.143	64	82	934	1.325	124	(60)	(184)	2.139	2.139
		Possível	600	53	211	119	1.018	-	-	-	(1.018)	-	2.102
		Remoto	171	3	119	73	16	-	-	-	(16)	-	1.829
Total			135.239	142.786	516	386	105.774	11.504	(876)	(168)	(2.410)	113.824	149.767

- (a) A Seguradora impetrou medida judicial questionando a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela Lei nº 9.718/98. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está devidamente provisionada como obrigação legal.
- (b) Em 2008, a Seguradora impetrou ação judicial questionando o aumento da alíquota de contribuição social de 9% para 15%, em vigor a partir de maio de 2008. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está provisionada como obrigação legal.
- (c) A Seguradora é autora de ação judicial em que questiona a constitucionalidade da Lei Complementar nº 84/96, que determinou a incidência da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre pagamentos efetuados a pessoas físicas (corretores de seguros). O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça e os valores correspondentes aos encargos não recolhidos estão depositados em juízo e provisionados na sua totalidade.
- (d) São valores registrados para a cobertura de possíveis riscos fiscais decorrentes de autos de infração lavrados contra a Seguradora. A totalidade desses processos está provisionada.
- (e) Ação Anulatória de Débito Fiscal, relativo ao ISS, com a desconstituição dos débitos fiscais objetos dos Autos de Infração, relativos a Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e demais encargos, relativos aos períodos compreendidos entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2011 e de abril a dezembro de 2011.
- (f) A Seguradora é parte em diversas ações de natureza trabalhista, e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, descanso semanal remunerado, reflexos do 13º salário e aviso prévio. As provisões são constituídas considerando a classificação de risco provável de perda. A Seguradora atualizou a sua política de constituição das provisões de contingências e deixou de provisionar as que são classificadas com risco de perda possível e remota.
- (g) Referem-se a ações para indenização por danos morais relacionados aos processos de sinistros, de reenquadramento de apólices e danos de rescisão contratual, cujas provisões foram efetuadas com base nas estimativas de perda provável informadas pelos consultores jurídicos internos e externos da Seguradora. A Seguradora atualizou a sua política de constituição das provisões de contingências e deixou de provisionar as que são classificadas com risco de perda possível e remota.
- (h) Em 2015, a Seguradora impetrou ação judicial questionando o aumento da alíquota de contribuição social de 15% para 20%, em vigor a partir de setembro de 2015. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está provisionada como obrigação legal.
- (i) Com a alteração da base de cálculo de PIS/COFINS pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, com vigência a partir de janeiro de 2015, passamos a discutir judicialmente a cobrança da COFINS sobre a receita relativa aos ativos destinados a cobertura das provisões técnicas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em assembleia realizada em 31 de março de 2018 (31 de março de 2017), a Seguradora decidiu aumentar o capital social de R\$470.607 (R\$444.632 em 2017) para R\$489.701 (R\$470.607 em 2017) com a emissão de novas ações, ficando o capital representado por 471.277.992 (456.921.351 em 2017) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, mediante a capitalização dos juros sobre o capital próprio distribuídos em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016).

b) Reservas de lucros

A reserva de lucros é composta por duas reservas: a reserva legal e a reserva estatutária. A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social realizado. A reserva estatutária é constituída pela parcela do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal e das deduções legais, as quais incluem dividendos e juros sobre capital próprio, sujeitas à deliberação da Assembleia Geral.

c) Outros

Ajustes com títulos e valores mobiliários estão compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 3.e), de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, líquidos dos efeitos tributários. A variação entre os ajustes com títulos e valores mobiliários apresentados nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017 deve-se ao cenário de oscilação nas taxas de juros.

d) Dividendos/juros sobre capital próprio

O estatuto da Seguradora prevê a distribuição a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total, de acordo com proposta da Diretoria. Em 2018, a Seguradora distribuiu dividendos intermediários na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.971. Foi recolhido imposto retido na fonte de R\$2.846 (R\$1.155 em 2017), sendo R\$16.125 (R\$6.544 em 2017) o valor líquido dos efeitos tributários.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade -%		Índice de comissionamento -%	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Vida em grupo	293.184	229.208	48	60	26	26
Acidentes pessoais coletivos	100.273	118.412	25	27	37	35
Acidentes pessoais individuais	1.732	651	298	477	66	53
Renda de eventos aleatórios	16.656	19.699	15	16	53	68
Prestamistas	55.970	49.435	15	17	64	77
Doenças graves e doença terminal	7.206	9.529	12	20	71	68
Vida Individual	7.503	9.376	3	-	186	156
Outros	3.806	1.626	55	106	42	85
Total	<u>486.330</u>	<u>437.936</u>				

b) Sinistros ocorridos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Vida em grupo	(140.232)	(136.564)
Acidentes pessoais coletivos	(24.810)	(31.525)
Acidentes pessoais individuais	(5.163)	(3.107)
Renda de eventos aleatórios	(2.435)	(3.146)
Prestamista	(8.603)	(8.437)
Doenças graves e doença terminal	(869)	(1.900)
Vida Individual	(223)	78
Outros	(2.111)	(1.716)
Total	<u>(184.446)</u>	<u>(186.317)</u>

c) Custos de aquisição

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Vida em grupo	(75.402)	(58.976)
Acidentes pessoais coletivos	(37.535)	(41.667)
Acidentes pessoais individuais	(1.142)	(344)
Renda de eventos aleatórios	(8.873)	(13.442)
Prestamista	(35.971)	(38.150)
Doenças graves e doença terminal	(5.138)	(6.469)
Vida Individual	(13.928)	(14.623)
Outros	(1.594)	(1.377)
Total	<u>(179.583)</u>	<u>(175.048)</u>

d) Outras receitas e despesas operacionais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Despesas com administração de apólices	(2.248)	(2.354)
Despesas com encargos sociais	(647)	(581)
Despesas com excedente técnico	(3.441)	(2.255)
Constituições de provisões de créditos duvidosos	569	363
(Constituições)/Reversões de provisões judiciais cíveis e trabalhistas	(3.140)	(414)
Despesas com capitalização	(1.860)	(1.467)
Outras receitas/despesas operacionais	(7.530)	(5.224)
Total	<u>(18.297)</u>	<u>(11.932)</u>

e) Despesas administrativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(44.507)	(46.811)
Despesas com serviços de terceiros e comunicação	(23.188)	(22.090)
Despesas com publicidade e propaganda	(7.232)	(8.304)
Despesas com depreciação e amortização	(1.743)	(1.614)
Despesas com locomoção	(864)	(959)
Despesas com expediente	(2.511)	(1.849)
Despesas com localização e funcionamento	(4.325)	(4.399)
Despesas com equipamentos	(279)	(330)
Rateio de despesas com empresa ligada (nota 21)	23.659	12.212
Outras	(767)	(2.835)
Total	<u>(61.757)</u>	<u>(76.979)</u>

f) Resultado financeiro

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Resultado financeiro		
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	42.805	111.558
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	55.094	28.726
Outras	<u>(293)</u>	<u>6.356</u>
Receita financeira	<u>97.606</u>	<u>146.640</u>
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - seguros	(30.058)	(73.513)
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - previdência	(16.195)	(39.707)
Outras despesas	<u>(2.270)</u>	<u>(2.880)</u>
Despesa financeira	<u>(48.523)</u>	<u>(116.100)</u>
Total	<u>49.083</u>	<u>30.540</u>

g) Ganhos/Perdas com ativos não correntes

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Móveis máquinas e utensílios	-	15
Ativo intangível (i)	<u>(14.665)</u>	-
Total	<u>(14.665)</u>	<u>15</u>

(i) Baixa por expectativa de perda de uso da base de clientes.

20. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do semestre, conforme segue:

	<u>30/06/2018</u>		<u>30/06/2017</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Resultado antes dos impostos	<u>61.260</u>	<u>61.260</u>	<u>(2.994)</u>	<u>(2.994)</u>
Alíquota vigente	25%	20%	25%	20%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.	(15.315)	(12.252)	748	599
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	4.743	3.794	1.925	1.540
Outros	173	(79)	(81)	(71)
Créditos tributários de períodos anteriores pela majoração de alíquota - Lei nº11.727 e nº 13.169 de 9% para 15% e de 15% para 20% registrados neste período (nota 10)		2.129	-	(773)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(10.399)	(6.408)	2.592	1.295
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.481)	(6.957)	(55)	(50)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.918)	549	2.647	1.345

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As empresas do Grupo MetLife, representadas pela Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinaados Ltda., MetLife Planos Odontológicos Ltda. e MetLife Inc., desenvolvem seus negócios sociais de forma integrada, compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais. As transações entre partes relacionadas substancialmente decorrentes do rateio dessas despesas estão representadas por:

	Ativo		Receitas	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda. e MetLife Planos Odontológicos Ltda. (ligadas):				
Contas a receber	4.317	2.258	-	-
Recuperação de despesa (i)	-	-	23.659	12.212
	<u>4.317</u>	<u>2.258</u>	<u>23.659</u>	<u>12.212</u>

- (i) Referem-se a receitas decorrentes do rateio de despesas administrativas incorridas pela Seguradora que são rateadas e posteriormente reembolsadas. O rateio é substancialmente realizado com base no tempo de alocação dos profissionais que trabalham para as entidades jurídicas acima. Os vencimentos são mensais, subsequentes ao mês de apuração.

	Passivo		Despesas	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
MetLife Inc (controladora):				
Contas a pagar	8.875	6.412	-	-
Despesas (ii)	-	-	8.513	9.906
	<u>8.875</u>	<u>6.412</u>	<u>8.513</u>	<u>9.906</u>

- (ii) Referem-se a despesas decorrentes do rateio de despesas administrativas de sua controladora. As apurações e pagamentos são trimestrais.

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora é composta, exclusivamente, de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$5.912 (R\$5.067 em junho de 2017). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho. A Seguradora possui remuneração baseada em ações da casa matriz (MET), a qual foi contabilizada como despesa na Seguradora no semestre findo em 30 de junho de 2018 no montante de R\$825 (R\$479 em junho de 2017). A correspondente provisão é baixada mediante ao pagamento aos executivos em caso de exercício destas remunerações.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Seguradora mantém seguros sobre seus bens nos seguintes montantes estabelecidos pela Administração da Seguradora:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e responsabilidade civil operações e empregador	14.827
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	Pagamentos a títulos de perdas, devido a terceiros pela pessoa segurada decorrente de uma declaração.	54.642

- b) Obrigações por contratos de arrendamento mercantil (arrendamento operacional) - a Seguradora adquiriu, por meio de contratos de arrendamento mercantil, equipamentos de informática. Não há obrigações decorrentes dos valores residuais garantidos devidas ao final de cada contrato. No semestre, as despesas com arrendamento mercantil são de R\$31, registradas na rubrica "Despesas administrativas".

c) A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para seus funcionários, na modalidade de contribuição definida e estruturado no regime de capitalização, cuja contribuição da patrocinadora é efetuada de acordo com o percentual escolhido pelo participante, 100% da contribuição do participante, limitado ao teto de 8% do salário-base do participante. As contribuições para o plano durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 correspondem a R\$862 (R\$843 em junho de 2017).

d) Composição acionária

	<u>Origem</u>	<u>ON</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>
MetLife International Holdings, Inc	EUA	314.162.176	66,7	314.162.176
Natiloportem Holdings, Inc	EUA	1	0	1
MetLife Worldwide Holdings, Inc	EUA	<u>157.115.815</u>	<u>33,3</u>	<u>157.115.815</u>
Total		<u>471.277.992</u>	<u>100</u>	<u>471.277.992</u>

No último nível de controle acionário a MetLife, Inc é detentora de 100% das ações das acionistas da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. O código de comercialização da MetLife Inc, é MET, o qual é comercializado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

e) Benefícios pós-emprego

A Seguradora disponibiliza, como forma de benefícios rescisórios, assistência médica aos seus funcionários por período determinado, calculado mediante o tempo de serviço do funcionário, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria. Não existem outros benefícios pós-emprego.

f) Sazonalidade

Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrentes da natureza de suas operações de seguros e previdência.

METLIFE

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas

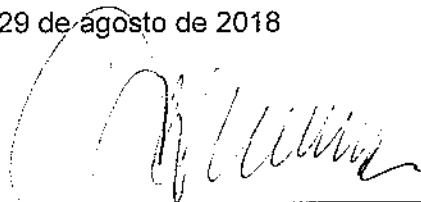
O Comitê de Auditoria da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. foi instituído nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, sendo suas principais atribuições avaliar a qualidade e a efetividade das Auditorias Interna e Independente, aferir a efetividade e a suficiência do Sistema de Controles Internos da organização e analisar as demonstrações financeiras, ofertando, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

No decorrer do ano de 2018, até esta data, o Comitê se reuniu por seis vezes e desenvolveu suas atividades com base no plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com gestores; (ii) acompanhamento e monitoração dos trabalhos das áreas responsáveis pelas demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos, ouvidoria e função de “compliance”; (iii) avaliação do escopo e do desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos demais elementos do Sistema de Controles Internos, do “compliance” e do gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

Em decorrência de suas atividades, o Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições legais e regulamentares, e com base nos relatórios e pareceres apresentados, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. a aprovação das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2018, devidamente revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

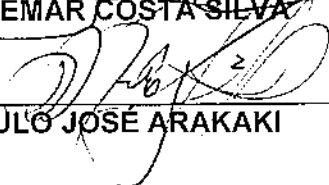
São Paulo, 29 de agosto de 2018



ASSIZIO APARECIDO DE OLIVEIRA



JOSEMAR COSTA SILVA



PAULO JOSÉ ARAKAKI

DIRETORIA

Raphael Afonso Godinho de Carvalho
Diretor-Presidente

Alejandro Gabriel Widder
Diretor Financeiro e Atuarial

ATUÁRIO

Patricia Cristina Duarte
Atuário - MIBA nº 2055

CONTROLLER

Cristina Varella

CONTADOR

Marcos Antonio Klein
Contador - CRC 1SP225765/O-2